

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE



2011

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

# RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO

2011

Brasília-DF  
Maio/2012

Governador do Distrito Federal  
AGNELO QUEIROZ

Vice-Governador  
TADEU FILIPPELLI

Secretário de Estado de Saúde  
RAFAEL DE AGUIAR BARBOSA

Secretário-Adjunto de Saúde  
ELIAS FERNANDO MIZIARA

Subsecretário de Planejamento Regulação Avaliação e Controle  
LUCAS CARDOSO VERAS NETO

Subsecretário de Atenção à Saúde  
ROBERTO JOSÉ BITTENCOURT

Subsecretária de Vigilância à Saúde  
JOSÉ CARLOS VALENÇA CORRÊA

Subsecretária de Atenção Primária à Saúde  
ROSALINA ARATANI SUDO

Subsecretária de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde  
MARIA NATIVIDADE GOMES DA SILVA TEIXEIRA

Subsecretário de Logística e Infraestrutura em Saúde  
JOSÉ MORAES FALCÃO

Subsecretaria de Tecnologia e Informação em Saúde  
JOSÉ CARLOS ESTEVES FRANCISCO

Subsecretaria de Gestão Participativa  
JOSÉ BONIFÁCIO CARREIRA ALVIM

Unidade de Administração Geral  
VALTER RODRIGUES DE SOUZA

Fundo de Saúde do Distrito Federal  
JOSÉ MENEZES NETO

Fundação Hemocentro de Brasília  
BEATRIZ MACDOWELL SOARES

Fundação de Ensino e Pesquisa em Ciências da Saúde  
GISELENE REGINA DE SOUSA CAPITANI

## INFORMAÇÕES TÉCNICAS:

Subsecretaria de Planejamento, Regulação, Avaliação e Controle - SUPRAC  
Lucas Cardoso Veras Neto - Subsecretário

Diretoria de Controle e Avaliação de Serviços de Saúde - DICOAS/SUPRAC  
Aramy Ruffoni Guedes - Diretor

Equipe Organizadora e Elaboradora  
Gerência de Monitoramento e Avaliação de Serviços de Saúde -  
GEMOAS/DICOAS/SUPRAC  
Marilza Oliveira de Almeida - Gerente  
Carolini Priscila Silva de Lima Oliveira  
Graziella Giovanna de Lucas Zeferino  
Márcia Aragão dos Reis

### Colaboração

Diretoria de Planejamento e Programação em Saúde - DIPPS/SUPRAC  
Rodrigo Rodrigues Miranda - Diretor  
Cláudia Daniela Simioli  
Cleusa Carolina Miranda  
Saulo Resende Vianna Barbosa

---

D614r Distrito Federal (Brasil). Secretaria de Estado de Saúde.  
Relatório anual de gestão 2011 / Secretaria de Estado de Saúde do  
Distrito Federal. Brasília: Secretaria de Estado de Saúde, 2012.  
90 p. il.

1. Saúde - Gestão – Distrito Federal. 2. Sistema Único de Saúde.  
I. Título.

CDU (2.ed) 614.2(817.4)(047)

---

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Regiões Administrativas do DF	13
Figura 2	Rede Física de Saúde Pública e Privada Prestadora de Serviços ao SUS - Tipo de Gestão e Esfera Administrativa	33

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População Estimada do Ano 2011	10
Gráfico 2	Raça da População do DF	11
Gráfico 3	Perfil da População do DF	12
Gráfico 4	Gênero da População do DF	14
Gráfico 5	Distribuição da População do DF	14
Gráfico 6	Raça da População do DF	15
Gráfico 7	Formação da População do DF	16
Gráfico 8	Mortalidade por Grupo de Causas, Faixa Etária e por Residência	22
Gráfico 9	Morbidade Hospitalar por Grupos de Causas e Faixa Etária - Internações por Capítulo CID 10	28
Gráfico 10	Vínculos dos Profissionais do SUS	36

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População do último Censo (ano 2010)	10
Tabela 2	Perfil Demográfico da População do último Censo (ano 2010)	10
Tabela 3	Perfil da População por Sexo e Faixa	11
Tabela 4	Dados Epidemiológicos	21
Tabela 5	Morbidade Hospitalar por Grupos de Causas e Faixa Etária - Internações por Capítulo CID 10	27
Tabela 6	Morbidade Hospitalar por Grupos de Causas e Faixa Etária - Internações por Capítulo CID 10 - 2011, 2010 e 2009	29
Tabela 7	Quantitativo de Profissionais do SUS	35
Tabela 8	Quantitativo de Profissionais – Servidores Requisitados	37
Tabela 9	Servidores Comissionados S/Vínculo - SES-DF	37
Tabela 10	Contratados - Temporário - SES-DF	37
Tabela 11	Demonstrativo da Utilização dos Recursos	69
Tabela 12	Indicadores Financeiros	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Objetivo: Aperfeiçoar e Fortalecer a Atenção Primária em Saúde	42
Quadro 2	Objetivo: Organizar os Fluxos Assistenciais e Definir Linhas de Cuidado	43
Quadro 3	Objetivo: Desenvolver ações em áreas estratégicas de atuação	44

	(Vigilância em Saúde / Assistência Farmacêutica / Controle Social / Fator Humano)	
Quadro 4	Objetivo: Fomentar o processo de desconcentração Administrativa e financeira para as regiões de saúde do DF	46
Quadro 5	Objetivo: Melhorar Continuamente a Infraestrutura	46
Quadro 6	Objetivo: Melhorar Continuamente os Processos Logísticos e de Gestão	48
Quadro 7	Prioridade I - Atenção a Saúde do Idoso	51
Quadro 8	Prioridade II - Controle do Câncer de Colo de Útero e de Mama	51
Quadro 9	Prioridade III - Redução da Mortalidade Infantil e Materna.	53
Quadro 10	Prioridade IV - Fortalecimento da Capacidade de Respostas as Doenças Emergentes E Endemias, com Ênfase na Dengue, Hanseníase, Tuberculose, Malária, Influenza, Hepatite, Aids	56
Quadro 11	Prioridade V – Promoção da Saúde	58
Quadro 12	Prioridade VI - Fortalecimento da Atenção Básica	59
Quadro 13	Prioridade VII - Saúde do Trabalhador	61
Quadro 14	Prioridade VIII - Saúde Mental	62
Quadro 15	Prioridade IX - Fortalecimento da Capacidade de Resposta do Sistema De Saúde as Pessoas com Deficiência	62
Quadro 16	Prioridade X - Atenção Integral as Pessoas em Situação ou Risco de Violência	63
Quadro 17	Prioridade XI - Saúde do Homem	64
Quadro 18	Indicadores de Gestão: Responsabilidades	66
Quadro 19	Demonstrativo Orçamentário	72
Quadro 20	Despesas com As Saúde	73
Quadro 21	Despesas Próprias com Saúde e Serviços Públicos de Saúde	73
Quadro 22	Controle de Restos a Pagar Vinculados à Saúde	73
Quadro 23	Controle de Restos a Pagar Vinculados à Saúde	74
Quadro 24	Despesas com Saúde - Fundo Constitucional	74

## SUMÁRIO

	Apresentação	7
1.	Identificação do Estado	8
1.1.	Secretário Estadual de Saúde	8
1.2.	Fundo Estadual de Saúde	8
1.3.	Conselho Estadual de Saúde	8
1.4.	Conferência Estadual de Saúde	8
1.5.	Plano Estadual de Saúde	8
1.6.	Plano de Carreira, Cargos e Salários	8
1.7.	Pacto Pela Saúde	8
1.8.	Regionalização	9
1.9.	Considerações Iniciais	9
2.	Demografia e Dados de Morbi-Mortalidade	10
2.1.	População Estimada do Ano 2010	10
2.1.1.	População - Sexo e Faixa Etária	11
2.2.	Mortalidade por Grupo de Causas, Faixa Etária e por Residência.	21
2.3.	Morbidade Hospitalar Por Grupos de Causas e Faixa Etária	27
3.	Rede Física de Saúde, Pública e Privada, Prestadora de Serviços ao SUS.	33
3.1.	Tipo de Gestão	33
3.2.	Esfera Administrativa	33
4.	Profissionais SUS	35
5.	Programação Anual da Saúde	42
6.	Indicadores da Saúde	51
6.1.	Pacto Pela Vida: Prioridades, Objetivos e Resultados Alcançados.	51
6.2.	Indicadores de Gestão: Responsabilidades	66
7.	Demonstrativo da Utilização dos Recursos	69
7.1.	Bloco de Financiamento	69
7.2.	Indicadores Financeiros	70
8.	Demonstrativo Orçamentário	72
9.	Análise e Considerações Gerais Sobre o Relatório de Gestão	76
9.1.	Considerações Gerais	76
9.2.	Recomendações Para a Próxima Programação Anual de Saúde e/ou Redirecionamentos Para o Plano de Saúde	87
10.	Apreciação do Relatório de Gestão	88
	Bibliografia	89

## APRESENTAÇÃO

A elaboração do Relatório Anual de Gestão (RAG) constitui um instrumento legal em cumprimento a Portaria GM/MS nº 3.176, de 24/12/2008 de acompanhamento, controle e avaliação das ações e serviços de saúde do Sistema Único de Saúde do Distrito Federal - SUS-DF e seu financiamento. Representa respeito e compromisso com os usuários do SUS-DF, além de requerer envolvimento de gestores e técnicos das Subsecretarias que compõem a estrutura da Secretaria. Nele são observados prazos e definições legais emanadas pelo Ministério da Saúde.

O presente RAG é composto de tabelas, quadros e gráficos que demonstram o quantitativo realizado pelos diversos serviços ofertados pela Secretaria, bem como análises, considerações e recomendações. Estão contidas as avaliações das informações dos sistemas relacionados (dados demográficos, epidemiológicos, força de trabalho, etc), dos indicadores do Pacto pela Saúde, financeiros e orçamentários. Traz também entre outras informações, um diagnóstico detalhado da saúde do Distrito Federal e o perfil das ações que foram realizadas e que estão sendo traçadas para melhoria contínua.

Por fim, este documento contribui para o planejamento e definição de políticas públicas, ajudando os gestores na tomada de decisão e no aperfeiçoamento da gestão participativa. Reverte-se num instrumento de mudanças e não apenas uma burocracia a mais a ser cumprida.

**RELATÓRIO DE GESTÃO - PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2011**

<b>1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO</b>	
Razão social:	Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal
CNPJ:	00.394.700/0001-08
Endereço:	Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN) Parque Rural s/n Sede da SES/DF
CEP:	70086-900
Telefone:	(61) 3348-6104
E-mail:	gabsuprac@gmail.com
Site:	www.saude.df.gov.br
<b>1.1. SECRETÁRIO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	
Nome	Rafael de Aguiar Barbosa
Secretaria de saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG:	Não
Data da Posse	01/01/2011
<b>1.2. FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	
Instrumento legal de criação do Fundo de Saúde:	Lei Complementar nº 11, de 12/07/1996
CNPJ:	12.116.247/0001-57
O Gestor do Fundo é o Secretário da Saúde?	Sim
Nome do Gestor do Fundo:	Rafael de Aguiar Barbosa
Cargo do Gestor do Fundo:	Secretário de Estado de Saúde
<b>1.3. CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	
Instrumento legal de criação do CMS:	Lei nº 2225, de 28/03/1973
Nome do Presidente do CMS:	Rafael de Aguiar Barbosa
Segmento:	Gestor
Data da última eleição do conselho:	29/06/2011
Telefone:	(61) 3223-6252
E-mail:	conselho.saudedf@gmail.com
<b>1.4. CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SAÚDE</b>	
Data da última Conferência de Saúde:	08/2011
<b>1.5. PLANO ESTADUAL DE SAÚDE</b>	
A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde aprovado pelo Conselho de Saúde?	Sim
Período a que se refere o Plano de Saúde:	2008 a 2011
Aprovação no Conselho de Saúde	Resolução nº 4, em 09/03/2010
<b>1.6. PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS</b>	
O Estado possui Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?	Sim
O Estado possui Comissão de elaboração do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS)?	Não
<b>1.7. PACTO PELA SAÚDE</b>	
Aderiu ao pacto pela Saúde	Sim

Data da Homologação do Termo de Compromisso de Gestão na reunião da Comissão Intergestores Tripartite	05/2011
<b>1.8. REGIONALIZAÇÃO</b>	
O Estado tem PDR atualizado após as diretrizes operacionais do Pacto pela Saúde no ano de 2006?	Sim
Ano a que se refere o PDR vigente	2007
Quantas regiões de Saúde existem no estado?	7
Quantos CGR estão implantados nas Regiões de Saúde?	7

## 1.9 CONSIDERAÇÃO INICIAIS

O Relatório Anual de Gestão - RAG é um instrumento de planejamento, monitoramento e avaliação da Gestão do SUS, regulamentado pelo item IV, do art. 4º, da Lei 8.142/1990, utilizado para comprovação da aplicação dos recursos, apresentando os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde (PAS).

Conforme disposto na Portaria nº 3.176, de 24 de dezembro de 2008, em seu Art. 8º, O RAG deverá ser encaminhado para apreciação e aprovação do Conselho de Saúde do Distrito Federal e, posterior envio a Comissão Intergestores Tripartite – CIT.

Para a construção do Relatório Anual de Gestão, o Ministério da Saúde disponibilizou o Sistema de Apoio – SARGSUS, cujo objetivo é apoiar os Municípios, Estados e Distrito Federal, na construção dos seus Relatórios de Gestão. A partir de 2011, por decisão do Acórdão nº 1459/2011 do Tribunal de Contas, foi instituída a obrigatoriedade da alimentação deste Sistema, pelos entes federados permitindo, assim, o acesso por qualquer cidadão via rede mundial de computadores.

O Sistema captura a maior parte dos dados dos sistemas de informação em saúde, agregando em uma única base de dados, de forma a facilitar o processo de análise das informações pelos gestores das Secretarias de Saúde. Têm-se como Sistemas de Apoio: Sistema de Informações de Pactuações do Pacto pela Saúde - SISACTO, Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS, Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES, Sistema de Informações Hospitalares do SUS – SIH-SUS e Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, integrados ao DATASUS. Além da inclusão das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

É importante destacar que o Relatório Anual de Gestão - RAG pode ser considerado como um meio de controle e avaliação do Plano de Saúde e das Programações Anuais. Assim sendo, alguns dos objetivos desse relatório são, principalmente, apresentar os resultados alcançados, comprovar as aplicações de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde aos estados, municípios e Distrito Federal e, relacionar os ajustes necessários ao plano e a programação subsequente.

Diante do exposto, o Relatório Anual de Gestão, representa para Secretaria de Saúde do Distrito Federal um instrumento de gestão muito importante, visto que o relatório possibilita ao gestor tanto analisar as ações desenvolvidas e resultados alcançados na Secretaria de Saúde, no ano de 2011, quanto para nortear as ações futuras, permitindo assim o controle e a avaliação do Plano de Saúde da SES/DF e das Programações Anuais.

## 2. DEMOGRAFIA E DADOS DE MORBI-MORTALIDADE

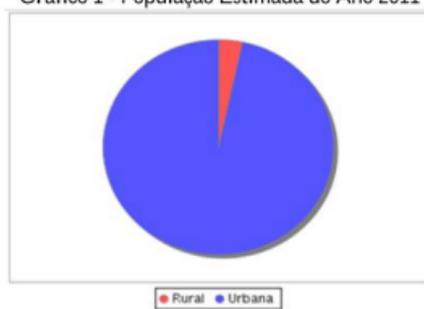
### 2.1. POPULAÇÃO ESTIMADA DO ANO 2011: 2.557.158 habitantes (SargSus, 2011).

Tabela 1 - População do último Censo (ano 2010)

População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Rural	87.950	3,42%
Urbana	2.482.210	96,58%

Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão – SARGSUS, 2011.

Gráfico 1 - População Estimada do Ano 2011



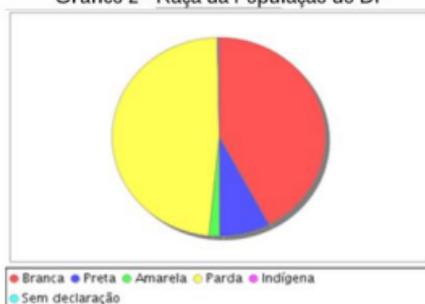
Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, 2011.

Tabela 2 - Perfil Demográfico da População do último Censo (ano 2010)

Perfil Demográfico da População do último Censo (ano 2010)	Qte	%
Branca	1.084.418	42,02%
Preta	198.072	7,73%
Amarelo	41.522	1,62%
Parda	1.239.882	48,38%
Indígena	6.128	0,24%
Sem declaração	138	0,01%

Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, 2011.

Gráfico 2 - Raça da População do DF



Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, 2011.

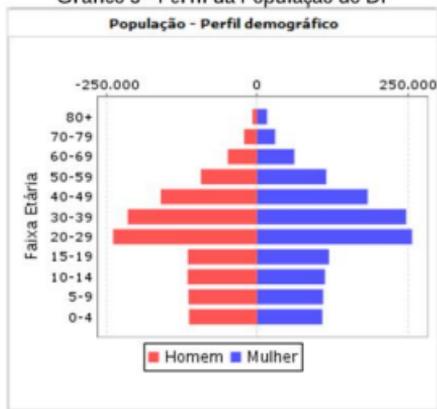
### 2.1.1. POPULAÇÃO - SEXO E FAIXA ETÁRIA

Tabela 3 - Perfil da População por Sexo e Faixa

Faixas Etárias	Homem	Mulher	Total
0-4	113.210	108.247	221.457
5-9	113.623	109.177	222.800
10-14	114.558	111.602	226.160
15-19	113.339	117.685	231.024
20-29	238.422	257.310	495.732
30-39	211.156	242.729	453.885
40-49	152.469	179.204	328.673
50-59	90.414	110.347	200.761
60-69	46.610	58.465	105.075
70-79	20.323	28.225	48.548
80+	7.410	15.633	23.043
<b>Total</b>	<b>1.221.534</b>	<b>1.335.624</b>	<b>2.557.158</b>

Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, 2011.

Gráfico 3 - Perfil da População do DF



Fonte: Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão - SARGSUS, 2011.

#### Análises e Considerações Gerais do Gestor Sobre Dados Demográficos

Para o desenvolvimento deste item, foi considerada a população de 2.570.160, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, referente ao Censo do ano de 2010.

O Distrito Federal - DF está a 1.200 metros acima do nível do mar, situado na Região Centro-Oeste do Brasil e apresenta Goiás e Minas Gerais como estados limítrofes.

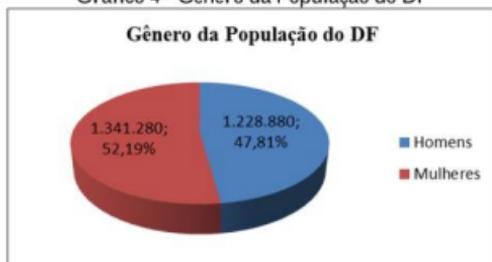
A criação da nova Capital surgiu da ideia de integrar e modernizar o Brasil, resultando na expansão do desenvolvimento, antes restrito ao litoral.

Primeiro, surgiram os povoados, que hoje são conhecidos como regiões administrativas.

Em 1964, foi sancionada uma lei que dividiu o território do Distrito Federal em oito regiões administrativas, incluindo municípios que antes pertenciam ao Estado de Goiás, como Planaltina e Brazlândia. As regiões administrativas foram surgindo ao longo dos anos, até que, em 2009, chegou ao número atual de 30. São elas: Brasília, Gama, Taguatinga, Brazlândia, Sobradinho, Planaltina, Paranoá, Núcleo Bandeirante, Ceilândia, Guará, Cruzeiro, Samambaia, Santa Maria, São Sebastião, Recanto das Emas, Lago Sul, Riacho Fundo, Lago Norte, Candangolândia, Águas Claras, Riacho Fundo II, Sudoeste/ Octogonal, Varjão, Park Way, SCIA/Estrutural, Sobradinho II, Jardim Botânico, Itapoã, Setor de Indústria e Abastecimento - SIA e Vicente Pires.



Gráfico 4 - Gênero da População do DF



Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE / Censo 2010.

Desde a inauguração, a população do DF é essencialmente urbana. No último Censo, ela se manteve constante em 96,6% das pessoas que vivem nas cidades. Este índice é maior do que a média nacional (84% dos brasileiros vivem em áreas urbanas).

Gráfico 5 - Distribuição da População do DF

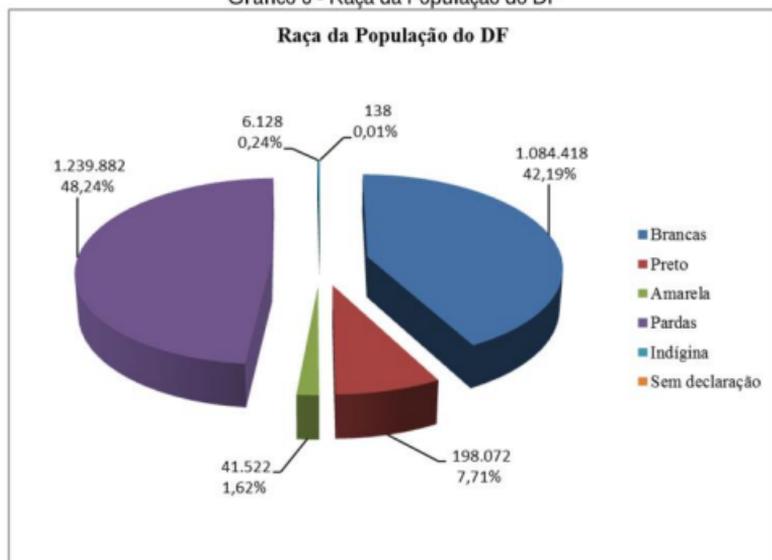


Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE / Censo 2010.

Quanto à distribuição de faixa etária, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007 revelam redução no número de nascimentos e acréscimo no percentual da população idosa. O número de crianças (1 a 9 anos) reduziu-se para 11,4% entre 2002 e 2007 (era 13,7% de 1997 a 2002). Por sua vez, a população dos acima de 60 anos passou de 4,8% (1997-2007) para 7,2% (2002-2007), aumento de 4,3%. Na pesquisa de 2009, os idosos representavam 7,8%. A proporção de idosos nos municípios brasileiros teve um crescimento generalizado nos últimos dez anos. O percentual de pessoas com mais de 60 anos aumentou de 8,6%, em 2000, para 10,8% em 2010 - o que indica a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas específicas para essa população.

Em relação à raça, a população do DF não difere das características dos brasileiros de forma geral, com leve predominância da cor pardo. De acordo com o censo do IBGE 2010, 42,02% dos habitantes declararam ser brancos, e 48,38%, pardos. Os que se autodeclararam negros são 7,73%.

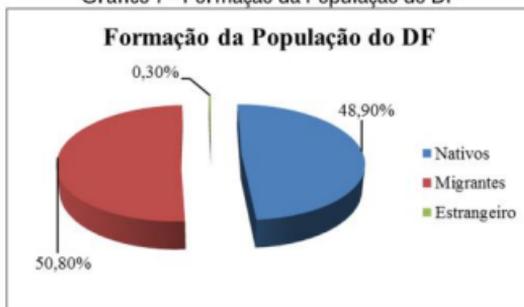
Gráfico 6 - Raça da População do DF



Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE / Censo 2010.

Devido à forte migração de mão de obra para a construção da capital do país, é a unidade da Federação de maior número de forasteiros. Foram cerca de 60 mil candangos (nome dado aos trabalhadores que vieram de toda parte, principalmente do Nordeste, Goiás e Minas, para construção da nova cidade). No primeiro Censo nacional que incluiu Brasília, em 1970, os nascidos na capital eram 22,2% da população. O índice foi aumentando gradativamente: 31,9% em 1980; 41,5% em 1991; e 46,8% em 2000. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), em 2008, era de 48,9% da população era formada por nativos. Com mais de 50 anos, estima-se que Brasília tenha pelo menos metade da população nascida em solo brasiliense. Já a participação dos estrangeiros na população do Distrito Federal, ainda é pequena, com apenas 0,3%.

Gráfico 7 - Formação da População do DF



Fonte: Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia - IBGE / Censo 2010.

Com o intuito de proporcionar o desenvolvimento econômico e social, nos aspectos de infraestrutura, criação de empregos e capacitação profissional, saneamento básico, ocupação do solo, transportes, proteção ao meio ambiente, saúde, educação, cultura, produção agropecuária, habitação, telecomunicação, turismo, segurança e combate à pobreza foi criada a Região de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (Ride/DF).

Compõe a Ride: o Distrito Federal as cidades de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa (em Goiás), mais Unaf, Buritis e Cabeceira Grande (em Minas Gerais). Essa região, segundo os dados do Censo do IBGE 2010, ultrapassa 3,5 mil habitantes, trazendo como consequência o aumento por serviços de saúde, segurança, transporte, no Distrito Federal.

Além disso, a expansão populacional desordenada do Distrito Federal é uma das principais justificativas das autoridades públicas e dos especialistas para explicar o aumento no número da violência nos últimos 10 anos.

De acordo com dados do Mapa da Violência 2011, estudo do Ministério da Justiça e do Instituto Sangari, divulgado em fevereiro de 2011, Brasília ocupa o 18º lugar no ranking de violência das 27 capitais do Brasil.

Na primeira década dos anos 2000, houve aumento no número de homicídios, sequestros-relâmpago e quatro tipos de roubo, mas uma redução drástica nos assaltos a bancos e casas lotéricas. Ainda de acordo com especialistas em políticas públicas, equívocos das gestões anteriores da Secretaria de Estado de Segurança Pública, o aumento no número de usuários de crack são alguns dos fatores que contribuem para o aumento dos crimes.

A cidade registrou uma taxa de 34,1 homicídios por 100 mil habitantes, sendo este percentual maior entre os jovens. Em 1998, a capital federal ocupava a 14ª posição no ranking de todos os estados brasileiros. Dez anos depois, o DF ocupa a 4ª posição, à frente de Estados que sempre apresentaram um alto índice de violência urbana, como Rio de Janeiro e São Paulo. A taxa de homicídios na faixa etária de 15 a 24 anos é de 77,2 para cada 100 mil jovens. Os números são inferiores apenas aos de Alagoas, do Espírito Santo e de Pernambuco, que registraram mais de 100 casos por 100 mil vítimas.

Segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF, o número de homicídios na unidade da Federação registrou estabilidade até 2007 (567 ocorrências no ano). Cresceu em 2008, e em 2009 alcançou 756 registros, média de 63 por mês. As tentativas de homicídio cresceram 50% nos últimos 10 anos. Em 2000, foram 742 registros de vítimas

feridas em tiroteios, rixas, desavenças e discussões. Nos primeiros meses de 2010, houve, em média, 79 ocorrências por mês.

Um dos tipos de crime que mais aumentaram na Capital Federal, ao longo da primeira década do ano 2000, foi o sequestro relâmpago, de 75 (setenta e cinco) para 656 (seiscentos e cinquenta e seis) entre 2000 e 2009, um crescimento de 774,6%. A média de ocorrências no primeiro semestre de 2010 foi de 268 (duzentos e sessenta e oito) casos.

Quanto aos roubos, quatro tipos foram os mais comuns. O roubo em comércio cresceu 35,1% nos últimos 10 anos. Foram 1.757 ocorrências em 2000 e 2.375 em 2009, principalmente em locais com concentração de patrimônio, como Plano Piloto e Taguatinga. Nos primeiros seis meses de 2010, houve 1.034 casos na capital do país, média de quase seis assaltos por dia. Roubo em coletivo e roubo de veículo estavam estáveis até 2008, quando cresceram significativamente. Do primeiro tipo, foram 1.599 (um mil quinhentos e noventa e nove) delitos em 2009, principalmente nos ônibus de Ceilândia, Samambaia e Santa Maria. Os roubos a veículos próprios subiram de 1.574 em 2007 para 2.957 em 2009.

Assaltos à mão armada, principalmente nas ruas da capital do país, cresceram 71,8%. Em 2000, os registros foram de 13.221 (treze mil duzentos e vinte e um) casos. Dez anos depois, subiram para 22.714 (vinte e dois mil setecentos e quatorze). Foram 87 (oitenta e sete) tentativas de latrocínio (homicídio com o objetivo de roubo, ou roubo a que se segue a morte ou lesões corporais, de natureza grave, da vítima) em 2000 e 195 (cento e noventa e cinco) em 2010, um aumento de 124%.

No enfrentamento do crack, a Secretaria de Estado de Segurança Pública do DF criou um órgão específico para coordenar o combate à droga em todas as frentes. O novo órgão contará com o apoio de outras Secretarias, por meio de ações sociais e de saúde pública, aos usuários.

Apesar da realidade exposta acima, o DF ocupa o primeiro lugar do pódio referente ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborado pelas Nações Unidas. O índice mede a qualidade de vida de regiões e países com base em três aspectos: vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e nível de vida digno. No último estudo, em 2011, o DF teve pontuação de 0,875 (quanto mais próximo de um, maior o desenvolvimento humano na região). O Brasil (0,794) ocupa a 63ª posição entre 177 países pesquisados. Desta forma, no que se refere à expectativa de vida, quem nasce na capital do país tem chance de viver quase dois anos a mais do que pessoas nascidas em outros estados. Na liderança pelo 10º ano consecutivo, a média Candanga é de 75,79 anos, enquanto a brasileira é de 73,17 anos.

No que diz respeito aos serviços básicos oferecidos à população, o DF está numa situação privilegiada em relação a outras Unidades da Federação. A quase totalidade das casas está ligada à rede de abastecimento de água - 99,3% - no Brasil são 84,4% - a energia elétrica em 98,9% dos domicílios candangos e esgoto - 87% em oposição ao índice nacional de 59,1%. Possui coleta de lixo em 98,9% das residências, contra 88,6% no restante do país. (Anuário do DF, 2011).

Em relação à saúde, este setor era considerado uma das prioridades do governo do presidente-médico Juscelino Kubitschek. O objetivo era tornar o sistema público do DF um modelo para o restante do país. Concebido na forma de pirâmide, os postos de saúde, cuja responsabilidade consistia na prevenção e na triagem dos pacientes, estavam na base do sistema. Os hospitais regionais ocupavam o meio da pirâmide, e no topo ficava o Hospital de Base. Esta estrutura, porém, funcionou enquanto o número de pacientes foi pequeno e havia investimentos no setor. Com poucos recursos e atendendo cada vez mais pacientes, inclusive de outros estados e do entorno, a saúde no DF enfrentou e continua enfrentando sérios problemas, perdendo a qualidade na prestação dos serviços.

Atualmente no DF, existe cerca de 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) estabelecimentos de saúde, sendo 148 (cento e quarenta e oito) públicos e 1.608 (mil

seiscentos e oito) privados, de acordo com dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Na rede pública, 11 são de competência do governo federal e 137 estão sob a responsabilidade do Governo do Distrito Federal (GDF).

Com o objetivo de mudar a realidade da saúde pública do Distrito Federal, a administração do Governo Federal e Distrital (2010-2014) assumiu o compromisso de construir 14 Unidades de Pronto Atendimento (UPA), além da criação de vários programas de saúde, como o de atenção à saúde da mulher, de incentivo à doação de órgãos e ainda um programa específico de pré-natal e pediatria.

Por sua vez, o Ministério da Saúde, assumiu a responsabilidade de articular com os Governos do DF, de Goiás e de Minas Gerais, meios para reduzir os gargalos e falhas no atendimento à saúde da população do Entorno. A ideia de transformar Brasília, em um centro de alta complexidade médica impõe a necessidade de não sobrecarregar o sistema público na capital.

No entanto, apesar de todas as dificuldades da rede pública, existem centros de referência no Distrito Federal, como o Hospital Regional da Asa Norte (HRAN), no tratamento de queimados; o Hospital Regional da Asa Sul (HRAS), em reprodução humana e o Hospital de Base, no atendimento a acidentados, além da Rede Sarah Kubitschek, na especialidade de reabilitação.

Em relação à Educação, os dados coletados pelo IBGE demonstram que, no geral, o país tem uma “baixa demanda atendida” na educação infantil. No Brasil, há apenas 29,3 matrículas em escola ou creche nas redes municipal e estadual para cada 100 crianças de 0 a 5 anos de idade. Segundo dados do Censo 2010 divulgados em 2011, o DF é a região do país que menos atende crianças em creches e pré-escolas da rede pública. Apenas 16,3 de cada 100 crianças são atendidas pela rede pública de ensino do Distrito Federal, sendo que os melhores índices são apresentados pelos estados de Santa Catarina (44,1) e Espírito Santo (42,9). (IBGE, 2010).

No entanto, em outros aspectos educacionais como investimento por aluno da educação básica (mais de R\$ 4,8 mil) ao ano, o DF possui o melhor percentual de estudantes adolescentes na escola (91,7% - a taxa nacional é de 85,2%) e o segundo menor índice de analfabetos do país (3,4% - no Brasil são 9,7% da população). Entre os habitantes com até 15 anos, no DF, o analfabetismo atinge 3,5%; de 15 a 24 atinge 0,8%; de 25 a 39, é 1,1%, e de 40 a 59 são 2,6%. Na faixa etária acima de 60 anos, o DF tem 8,4% de pessoas que não sabem ler e escrever, sendo a única faixa que está atrás de outra unidade da federação, o Rio de Janeiro (7,6%). (IBGE, 2010). Nas provas do Programa Internacional de Avaliação de Alunos - PISA, os alunos do DF ficaram em primeiro lugar no país, com 38 pontos acima da média nacional, que foi de 401 pontos. (PISA, 2009).

No que diz respeito ao rendimento nominal médio mensal dos domicílios particulares, o DF, de acordo com o censo de 2010, era de R\$ 4.635 (quatro mil seiscentos e trinta e cinco) reais, sendo considerado o maior do país, e muito acima dos R\$ 375 (trezentos e setenta e cinco) reais - valor inferior ao salário mínimo, que na época era de R\$ 510 (quinhentos e dez) reais, que a metade da população brasileira recebeu mensalmente durante o ano de 2010. O rendimento mensal domiciliar per capita nominal do DF, por sua vez, foi de R\$ 1.404 (mil quatrocentos e quatro) reais, 40% maior do que o rendimento da segunda federação no ranking, São Paulo, com R\$ 887 (oitocentos e oitenta e sete) reais. Estes dados demonstram o retrato das desigualdades entre os que têm os maiores e os menores rendimentos no país. (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD e IBGE, 2009).

No que se refere à soma de todos os bens e serviços produzidos no DF houve expansão de 3,8% entre 2007 e 2008, atingindo a marca de R\$ 117,6 bilhões. O setor de serviços (93,3% do PIB) ainda predomina, seguido das atividades industrial (6,3%) e agropecuária (0,4%). O PIB per capita do DF é o mais alto entre as unidades da Federação

(dados de 2008), a renda per capita do DF atingiu R\$ 45.978 (quarenta e cinco mil novecentos e setenta e oito) reais, o triplo do Brasil, que foi de R\$ 15.990 (quinze mil novecentos e noventa) reais, e superiores aos R\$ 24.457 (vinte e quatro mil quatrocentos e cinquenta e sete) reais do estado de São Paulo, o segundo maior na lista no país. Estes números mantêm o DF como a oitava economia no ranking nacional. No DF, o PIB em 2008, foi de 3,9% do total das riquezas produzidas no país (um aumento de 0,01%). Na Região Centro-Oeste, a participação do DF foi de 42,1%. Das 27 unidades da Federação, 14 tiveram um crescimento maior que o nacional (5,2%), incluindo os três estados do Centro-Oeste, o que resultou na expansão de 6% para a região. (Companhia de Planejamento do Distrito Federal - CODEPLAN e IBGE, 2011).

Apesar do bom desempenho socioeconômico apresentado pelo DF, de acordo com o levantamento realizado pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2011), feito a pedido do Governo Federal para orientar o programa “Brasil sem Miséria”, e conforme informações divulgadas no dia 3 de maio de 2011, pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS, 2011), o Distrito Federal apresenta 46.588 (quarenta e seis mil quinhentos e oitenta e oito) pessoas em situação de extrema pobreza, classificação esta que abrange as pessoas com renda mensal de até R\$ 70 reais.

Este levantamento possibilitou identificar que a maioria dos moradores extrema pobreza do DF reside na área urbana - 43,2 mil, sendo que os 3,36 mil restantes moram no campo. Verificou-se também, que o Distrito Federal possui 12.516 (doze mil quinhentos e dezesseis) domicílios sem condições básicas de esgoto, energia ou água encanada. Deste total, 925 (novecentos e vinte e cinco) estão localizados em áreas rurais, e 11.591 (onze mil, quinhentos e noventa e um) estão em área urbana. Apesar deste índice, segundo dados do IBGE divulgados em 16 de novembro de 2011, o saneamento no DF é considerado um dos melhores do país e apenas 1% é considerado “inadequado”.

Outro dado importante é o índice de desemprego no DF que em janeiro de 2011, foi de 12,6%. Segundo dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED, 2011) divulgada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2011) foi o menor índice registrado há 19 anos, desde que a pesquisa começou a ser realizada. Em 2010, a taxa diminuiu pelo sétimo ano consecutivo. O índice passou de 15,8% em 2009 para 13,6%. O nível ocupacional no DF teve uma expansão em 2010 de 4,2%. A taxa equivale a um total de 49 mil pessoas empregadas. A expansão dos postos de trabalho em 2010 refletiu o crescimento de todos os setores econômicos. Serviços (33 mil novos postos, ou 4,3%) e comércio (sete mil, ou 3,8%) são os que mais abriram vagas. A construção civil teve um crescimento expressivo de oito mil vagas (13,6%). A Administração Pública, por sua vez, criou mais sete mil vagas (3,6%). Contudo, sobram vagas em vários ramos, como construção civil, segmento de tecnologia da informação, comércio e serviços. Quase sete mil postos de trabalho ficaram desocupados em 2010 porque as empresas não conseguiram contratar pessoas qualificadas.

Houve um crescimento de 7,4% de trabalhadores assalariados no DF decorrente do aumento do emprego nos setores privado (9,0%) e público (4,2%). Os empregos com carteira assinada expandiram-se de forma mais acentuada (10,4%) do que os sem carteira (3,1%). Entre 2009 e 2010, diminuiu o número de trabalhadores autônomos (-5,7%) e de empregados domésticos (-4,0%), aumentando o percentual de empregadores (8,5%). A Administração Pública (com 40% dos empregos formais em 2008) continua tendo o maior peso na economia local, sendo responsável por 53,6% de toda a riqueza produzida no DF. (Pesquisa de Emprego e Desemprego - PED, 2011).

Neste contexto, as informações apresentadas subsidiam os gestores públicos e privados para definições de suas políticas regionais e possibilita o maior direcionamento dos